

Memória, comunicação e cultura: o diálogo entre o Memorial da Resistência do Estado de São Paulo e o campo escolar

Maria Aparecida Baccega

Professora livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP). Decana do PPGCOM-ESPM, São Paulo, coordenadora do Grupo CNPq de Pesquisa em Comunicação, Educação e Consumo (ESPM).

E-mail: mabga@usp.br

Felipe Corrêa de Mello

Doutorando em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM-ESPM, São Paulo), bacharel em História (USP) e pesquisador do Grupo CNPq de Pesquisa em Comunicação, Educação e Consumo (ESPM), do qual este texto é um dos resultados.

E-mail: felipeccmello79@hotmail.com

Resumo: Os memoriais são instituições museológicas voltadas para a coleta, preservação e comunicação de memórias e narrativas históricas. Espaços de articulação entre subjetividade e conhecimento envolvem diversas temáticas, objetos e contextos sociais e históricos. Nesse texto, fazemos alguns apontamentos sobre as características dos memoriais em geral, para, em seguida, destacarmos as instituições memoriais voltadas para o resgate das memórias acerca de episódios e períodos históricos de extrema violência e violação sistemática dos direitos humanos. Nesse contexto, propomos apresentar o trabalho realizado pelo Memorial da Resistência do Estado de São Paulo, bem como fazer alguns apontamentos de como esse estabelece um rico canal de diálogo com o campo escolar, constituindo-se como uma instituição de interesse tanto para professores quanto alunos.

Palavras-chave: memoriais, Memorial da Resistência do Estado de São Paulo, ditadura militar, escola.

Abstract: Memorials are museological institutions dedicated to the collection, preservation and communication of historical memories and narratives. Spaces of articulation between subjectivity and knowledge involve several themes, objects, and social and historical contexts. In this text, we make some reflexions about the characteristics of memorials in general, and then we discuss on the memorial institutions devoted to the rescue of memories about historical periods and episodes of extreme violence and systematic human rights violations. In this context, we present the work developed by the Resistance Memorial of São Paulo as well as make some notes on how this institution provides a rich dialogue with the school field, establishing itself as an institution of interest to both teachers and students.

Keywords: memorials, Resistance Memorial of São Paulo, dictatorship, school.

Recebido: 10/06/2014

Aprovado: 30/07/2014

1. INTRODUÇÃO

Os memoriais são, em linhas gerais, instituições museológicas voltadas para pesquisa, coleta, conservação e comunicação de memórias e narrativas de determinados acontecimentos e episódios históricos. Enquanto espaços de articulação entre conhecimento e subjetividade, são importantes instituições na consolidação e expressão de identidades individuais e coletivas; na preservação, desenvolvimento e valorização do patrimônio cultural de determinadas etnias, comunidades e nações; bem como na celebração e rememoração da trajetória de indivíduos, grupos ou instituições.

Os memoriais existem praticamente em todos lugares do mundo e assumem diferentes denominações – museu memorial, centro de memória, sítio de consciência, lugares de memória, memorial etc. –, bem como envolvem diversas e variadas temáticas, objetos e contextos sociais e históricos. O ponto delimitador entre essas diferentes intuições é o fato de serem espaços culturais e científicos voltados para a rememoração de episódios da história recente/contemporânea e de terem o propósito de educar e entreter¹.

Nesse contexto, podemos destacar instituições destinadas à valorização cultural e promoção de identidades individuais e coletivas, como o Memorial da América Latina, situado na cidade de São Paulo, que tem como objetivo a consolidação e desenvolvimento da cultura e da identidade latino-americana e ibero-americana; ou como o Museu da Imigração de São Paulo (antigo Memorial do Imigrante de São Paulo)², também localizado na capital paulista e voltado para a exposição de múltiplas histórias e memórias de imigrantes e de suas contribuições para a formação da identidade paulista e brasileira. No campo dos memoriais orientados para celebração de sujeitos históricos, podemos destacar o Memorial JK, em Brasília, voltado para a figura do ex-presidente Juscelino Kubitschek e o Memorial JFK, em Dallas (EUA) com o propósito de prestar homenagens ao ex-presidente norte-americano John F. Kennedy. Já em relação aos memoriais centrados na celebração de organizações, grande parte está voltada para equipes e associações esportivas, como é o caso do Memorial do Corinthians, o Memorial do São Paulo Futebol Clube e o Museu do Futebol, situados na capital do estado de São Paulo.

Os memoriais não ocupam necessariamente um determinado espaço físico. Com o advento cada vez maior de instituições museológicas localizadas no ambiente da internet e da progressiva aceitação da legitimidade dessas, espaços memoriais virtuais estão sendo regularmente criados, sem perder, no entanto, a relevância social na coleta e divulgação de experiências e narrativas de memória. Dentre essas iniciativas, destacamos o Memorial do Consumo desenvolvido e gerido pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (PPGCOM-ESPM). Espaço digital situado no portal do programa, o Memorial do Consumo é destinado à coleta e à comunicação de narrativas de memórias de vivências no contexto do consumo, constituindo-se como

1. Cabe ressaltar que não há no campo da Museologia uma definição precisa do que seja um memorial, e no que esse se difere de um museu. Se tomarmos a definição de museu dada pelo Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums), podemos dizer que os memoriais, no que se propõem e na forma como são estruturados, possuem as mesmas características e finalidades dos museus. Diz o Conselho, em seu site: “um museu é uma instituição não lucrativa em permanente serviço da sociedade e seu desenvolvimento, aberta ao público, voltada para a coleta, conservação, pesquisa, comunicação e exibição da herança tangível e intangível da humanidade e de seu ambiente, com o propósito de educar, estudar e entreter” (ICM, 2014).

2. A partir de reforma do projeto museológico, o Memorial do Imigrante de São Paulo passou a ser chamado de Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Após quatro anos fechado, o Museu reabriu em maio de 2014.

privilegiado espaço de compartilhamento de experiências e de reflexão acerca do universo do consumo.

No que diz respeito ao compartilhamento de experiências e ao estímulo à reflexão, destacam-se, com particular importância, os memoriais criados com a finalidade de coletar, preservar e divulgar memórias e narrativas acerca de determinados episódios e períodos históricos de extrema violência e de violações sistemáticas aos direitos humanos. Construídos em contextos sociais pós-traumáticos e/ou de justiça de transição (momentos de passagem de regimes autoritários para democráticos), reivindicam, fundamentalmente, o direito à memória, à verdade e à justiça face aos processos de silenciamento e/ou ocultamento acerca desses episódios e períodos. São, por exemplo, os memoriais destinados à memória do Holocausto e os memoriais voltados ao resgate das histórias relacionadas aos regimes ditatoriais na América Latina.

Nesse texto, temos como primeiro objetivo mostrar que esses memoriais são mídias fundamentais na consolidação de uma cultura democrática e de respeito aos direitos humanos. Dentro dessa linha, damos destaque ao Memorial da Resistência do Estado de São Paulo, instituição destinada à preservação e comunicação de memórias dos regimes autoritários no Brasil republicano.

Nosso segundo objetivo é fazer alguns apontamentos de como o Memorial da Resistência, por meio de sua linha programática de Ação Educativa, estabelece um rico canal de diálogo com o campo escolar. Nesse caminho, destacamos a contribuição do material de apoio didático, produzido pelo Memorial, para o ensino sobre as ditaduras durante o período republicano do Brasil (Estado Novo e ditadura militar), bem como para a reflexão acerca das contradições e conflitos que perpassam a sociedade brasileira contemporânea.

Os apontamentos aqui apresentados contam com material extraído de entrevistas com os gestores e coordenadores do Memorial da Resistência, bem como dados preliminares de pesquisa exploratória realizada a partir de visitas ao Memorial e de análise de material documental – concentrada sobretudo na análise do projeto museológico de implantação do Memorial e nos materiais de apoio didático e de referência publicados pela instituição.

2. MEMORIAIS, VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS

Os primeiros museus e memoriais voltados à preservação das memórias dos episódios de extrema violência e de violação sistemática dos direitos humanos surgiram logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, como resposta direta ao Holocausto e tendo como marco norteador a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948³. Por outro lado, além das atrocidades cometidas durante o regime nazifascista, outros episódios e períodos de extrema violência ao longo do século XX, como os regimes fascistas e protofascistas europeus, o *apartheid* sul-africano, diversas guerras civis, em diferentes continentes, e as

3. NEVES, Kátia Regina Felipini. Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual. In: FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira. *Memória e esquecimento*. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012, pp. 37-38.

ditaduras civil-militar na América Latina suscitarão a criação de iniciativas de memorialização⁴.

Algumas dessas instituições, conforme nos informa Neves⁵, foram criadas no próprio espaço onde ocorreram os fatos, como, por exemplo, o Museu Memorial de Terezín, situado na República Tcheca e o Memorial e Museu Auschwitz-Birkenau na Polônia – locais que serviram de guetos, prisões e campos de extermínio de judeus e outros povos –, e a Casa de Anne Frank em Amsterdã, na Holanda; outras foram construídas em fortificações e presídios, como os museus que compõem a rede de Museus da Resistência Nacional em várias cidades da França, e as prisões alemãs como o Memorial Bautzen, na cidade de Bautzen, e o Memorial Berlin Hoenschönhausen, em Berlim⁶; outras instituições foram construídas em locais que serviram como centros oficiais e/ou clandestinos de prisão e tortura de dissidentes políticos dos regimes autoritários na América Latina como, o Parque da Paz Vila Grimaldi no Chile, o Museo de la Memoria de Rosario, situado no prédio que fora sede do Comando do II Corpo do Exército argentino, e o Memorial da Resistência do Estado de São Paulo situado no antigo prédio do Deops/SP. No entanto, alguns memoriais estão situados em lugares construídos ou adaptados⁷, como é o caso do Memorial aos Judeus Mortos da Europa, na Alemanha.

Como nos informam o campo da história e o campo da comunicação⁸, as memórias (os discursos) não surgem de forma espontânea e automática, mas, sim, são (re)construções do passado realizadas por sujeitos situados no presente. Enquanto escrituradores do discurso museológico, os agentes envolvidos na construção das memórias coletivas acerca do passado em questão selecionam os acontecimentos históricos e as memórias que julgam importantes serem preservadas e expostas, bem como fazem dialogar esses acontecimentos e memórias a questões que compreendem relevantes na contemporaneidade histórica em que eles e seus potenciais interlocutores estão inseridos.

Ao dar destaque a determinados acontecimentos e memórias, os memoriais contribuem para a edição do mundo, desempenhando importante papel na práxis de (re)construção das representações e imaginários sociais. Constituem-se, assim, como importantes mídias no embate de constituição dos sentidos sociais. São comunicadores e educadores.

Em particular, os memoriais voltados para as narrativas e memórias sobre os regimes ditatoriais, como o Memorial da Resistência do Estado de São Paulo, desempenham um importante papel político ao (re)construírem as representações acerca dos diversos acontecimentos de violência estatal e de suas múltiplas resistências.

Indissolúvelmente ligado à realidade social na qual está inserido, o discurso desses memoriais busca estabelecer uma conexão entre passado, presente e futuro que tenha como finalidade a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Desta forma, o passado resgatado pelos memoriais não é abstraído da história, mas, sim, apresentado com o propósito de educar e fomentar a consciência crítica de seus frequentadores acerca de sua realidade social e histórica.

4. SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 10, jun., 2011, p. 79.

5. NEVES, op. cit., p. 38.

6. Idem, *ibidem*.

7. Idem, *ibidem*.

8. Cf. nas Referências: BACCEGA, 2007; FEBVRE, 1985; MENESES, 1994; SCHAFF, 1983.

Conforme revela o lema da Coalisão Internacional de Sítios de Consciência, principal rede mundial de memoriais, o resgate da memória coletiva tem como propósito levar os sujeitos à ação⁹. Quer dizer, a memória evocada opera como conhecimento coletivo que venha a evitar que tais episódios trágicos não se repitam na história da humanidade.

Com efeito, conforme a perspectiva defendida pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, nas palavras de Schlesener¹⁰, a História é entendida “como um processo contraditório de construção das sociedades e o passado pode ser constantemente retomado e reinterpretado no processo de crítica das relações sociais do presente”. Assim, dentro da perspectiva do filósofo¹¹, o estudo da História (e com ele, o consumo das memórias) não deve ser entendido como atividade especulativa, mas, sim, como atividade fundamentalmente política voltada para a compreensão dos embates históricos do passado e do presente. Em outras palavras, uma atividade que esteja voltada tanto para a compreensão das condições históricas que levaram às situações de aniquilamento e violação das vítimas quanto para a compreensão das dinâmicas sociais do presente que incidem no ocultamento ou não dos fatos passados.

Nesse sentido, esses memoriais – em um processo dialógico de interação com a sociedade – exercem um papel de desenho e redesenho dos sentidos sociais voltado para o aprimoramento e para a consolidação de uma cultura democrática e cidadã; constituindo-se, assim, como importante espaço de diálogo com a Escola.

3. O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Memorial da Resistência de São Paulo integra a Estação Pinacoteca e ocupa parte do edifício que pertenceu ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, durante o período de 1940 a 1983. Foi criado em 2008 a partir de iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, conjugada com a mobilização de diversos setores da sociedade civil, sobretudo do Fórum Permanente de Ex-Presos Políticos do Estado de São Paulo e da administração da Pinacoteca do Estado. É a única instituição desse tipo no Brasil.

O programa museológico do Memorial é estruturado em procedimentos de pesquisa, salvaguarda e comunicação das memórias da resistência e da repressão do Brasil republicano – de 1889 até os dias de hoje. Seu objetivo, assim como o objetivo de outras instituições museológicas do mesmo tipo, é a construção de um espaço voltado para a reflexão crítica da história recente, para o aprimoramento da democracia e para a valorização de uma cultura em direitos humanos. O Memorial possui as seguintes linhas de ação: Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposições (permanente e temporárias), Ação Educativa e Ação Cultural¹².

9. O lema da International Coalition of Sites of Conscience (Coalisão Internacional de Sítios de Consciência) é *memory to action* (memória para ação) Ver: <www.sitesofconscience.org>.

10. GRAMSCI apud SCHLESENER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. Curitiba: Editora UFPR, 2007, p. 42.

11. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, pp. 32-35.

12. ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Memorial da Resistência de São Paulo*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

A exposição de longa duração está abrigada no antigo espaço carcerário do Deops/SP e é organizada em quatro módulos. Nos dois primeiros módulos (Módulo A e Módulo B), os visitantes acompanham, a partir de diversos recursos como imagens, linhas do tempo, vídeos interativos e documentos, a história do Brasil republicano tendo como ênfase a Era Vargas (1930-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985). O terceiro módulo (Módulo C) é composto pelo espaço prisional do Deops/SP – constituído pelas quatro celas remanescentes, pelo corredor principal e pelo corredor para banho de sol –, e tem como objetivo apresentar o cotidiano dos presos políticos¹³. O quarto módulo (Módulo D) é um espaço que oferece aos visitantes aprofundamento temático com consulta a banco de dados referenciais por meio de computadores, assim como por meio de amostragem de objetos e documentos relacionados ao contexto cultural e histórico contemplado pelo Memorial.



Fonte: Acervo do Memorial da Resistência de São Paulo

Cela 1 – processo de implantação do Memorial da Resistência

Em linhas gerais, o discurso expositivo é organizado a partir dos enfoques temáticos “Resistência”, “Controle” e “Repressão”. Assim, a despeito de as memórias mostrarem as atrocidades cometidas pelos aparatos repressivos e de controle estatais, elas, ao mesmo tempo, são construídas de forma a iluminar a dimensão de luta e de resistência da sociedade brasileira diante dos regimes ditatoriais. Nesse ponto, o Memorial estabelece uma importante articulação entre passado, presente e futuro ao mostrar para os visitantes que nenhum regime autoritário consegue estabelecer uma dominação que atavesse de forma

13. Nesse módulo também é apresentado, com fotos e textos, o processo de implantação do projeto museológico do Memorial da Resistência.

completa e totalitária o conjunto da sociedade. Tanto no passado, evocado pelas memórias de resistência, quanto no presente, os sujeitos são agentes históricos capazes de lutar e encontrar brechas para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

O Memorial da Resistência do Estado de São Paulo assume grande importância no contexto social e político brasileiro dada a peculiaridade de nosso processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia. Transição que envolve, dentre outros fatores, a Lei de Anistia concedida também aos torturadores, a falta de esclarecimento acerca de diversos desaparecidos e mortos durante a ditadura. Nesse contexto, o Memorial é uma poderosa mídia que contribui para a conquista de justiça, ao garantir tanto a reparação simbólica aos vitimados e seus familiares quanto ao possibilitar a conscientização pública sobre a verdade acerca das atrocidades cometidas durante a ditadura.

Cabe ressaltar que o discurso produzido pelo Memorial vai além da exposição de longa duração. Como nos mostra Neves¹⁴, esse exemplo é só um dos dispositivos de comunicação do Memorial. A efetividade da função social do Memorial só é obtida a partir do desenvolvimento de programas museológicos que estejam articulados entre si. Desta forma, o Memorial se propõe a realizar, sistematicamente, exposições temáticas, ações de pesquisas, ações culturais e ações educativas que estejam articuladas entre si – conforme é definido por suas linhas de ação¹⁵.

Além do mais, para a construção efetiva da memória coletiva, bem como para a difusão pública cada vez mais ampla desta, é indispensável a articulação do Memorial com outras instituições da sociedade civil. Nesse ponto, o diálogo com o campo escolar é fundamental, uma vez que os educadores (formais ou não formais) podem se constituir como agentes multiplicadores do discurso e das memórias sobre as ditaduras no Brasil republicano.

Desta forma, os projetos educativos do Memorial da Resistência são atividades que contribuem para potencializar a vocação educacional do programa museológico¹⁶.

4. AÇÃO EDUCATIVA: O MEMORIAL E O DIÁLOGO COM A ESCOLA

Elaborado em conjunto entre o Fórum Permanente de Ex-Presos e o Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado, o programa de Ação Educativa do Memorial fornece sete tipos de atividades: 1. “Visitas educativas”, concentrada na visita mediada por educadores às exposições; 2. “Encontros mensais com educadores”, realizados pela equipe do Memorial e voltados ao diálogo acerca da trajetória do Deops/SP e sobre os conceitos de repressão e resistência política; 3. “Encontros de aprofundamento temático”, realizados através de palestras proferidas semestralmente por especialistas e acadêmicos; 4. “Conhecendo o Deops/SP: História e Memória”, realizado em conjunto com o Núcleo de Ação

14. Neves, op. cit, pp. 44-45.

15. As linhas de ação do Memorial são, conforme mencionado no início dessa seção, as seguintes: Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposições (permanente e temporárias), Ação Educativa e Ação Cultural.

16. ARAUJO; BRUNO, op. cit., p. 143.

Educativa do Arquivo Público do Estado; 5. “Rodas de conversa”, atividades voltadas para o diálogo com ex-presos políticos que lutaram contra ditadura militar e estiveram presos no Deops/SP; 6. “Materiais pedagógicos de apoio”, visando a oferecer subsídios para o trabalho educativo com documentos históricos; 7. “Curso de projetos educativos no âmbito da Educação em Direitos Humanos”, realizado uma vez por ano e contando com aulas ministradas por especialistas, grupos de trabalhos, oficinas de projetos educativos e apresentação de experiências educativas¹⁷.

Essas atividades estão baseadas no diálogo entre o discurso expositivo do Memorial e diferentes perfis de público: professores de diferentes disciplinas e níveis de ensino, gestores de escolas, educadores sociais, educadores de museus, profissionais de turismo cultural, estudantes, educadores e gestores de ONGs, membros de movimentos populares, entre outros¹⁸.

À primeira vista, o discurso museológico produzido pelo Memorial incide mais diretamente no ensino da disciplina de História, uma vez que está ancorado no resgate de episódios da história do Brasil republicano, bem como envolve temas diretamente relacionados a essa disciplina, como democracia, coletividade, temporalidade, memória, o papel do Estado Moderno etc.

No entanto, ao considerarmos que o projeto pedagógico escolar deve ser pensado em termos interdisciplinares e deve contemplar temas transversais, tendo como objetivo fundamental a formação de cidadãos críticos, compreendemos que a interface entre o Memorial da Resistência e o campo escolar vai além da disciplina de História.

O Memorial constitui-se, assim, como um potente canal de diálogo com todos os educadores e alunos. Isso porque o Memorial é um espaço que permite que alunos e professores tenham contato direto com as experiências de repressão e resistência. Para além do discurso em sala de aula, muitas vezes abstrato, a visita ao Memorial permite que os alunos e os professores tenham um contato mais concreto, mais sensível e mais interativo com os diversos suportes materiais que carregam as memórias das ditaduras: as mensagens inscritas nas paredes das celas pelos ex-presos políticos, as imagens e vídeos da época, os testemunhos dos vitimados e de seus familiares etc.

Mais: a visita ao Memorial abre diversas possibilidades para diálogos com o espaço urbano do entorno, com as mostras da Pinacoteca e a Estação Pinacoteca do Estado de São Paulo e com outras instituições culturais situadas no centro de São Paulo, como o Museu da Língua Portuguesa, estimulando, assim, o trabalho interdisciplinar e com temas transversais – como, por exemplo, a discussão sobre o projeto urbano da cidade e o processo de exclusão social e econômica em que vivem os moradores do centro.

17. MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Disponível em: www.memorialdaresistencia.org.br. Acesso em: 10 maio 2014.

18. Idem, *ibidem*.

5. ENSINO DE HISTÓRIA E O MATERIAL DE APOIO DIDÁTICO

Em relação ao ensino de História, especificamente, o diálogo com o Memorial contribui para contornar alguns desafios que os professores dessa disciplina enfrentam quando devem trabalhar com a ditadura civil-militar.

Como nos mostra Alessandra Carvalho¹⁹, professora e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa História e Ensino das Ditaduras (Nuphed) da UFRJ, um desses desafios reside no fato de o conteúdo programático destinado à disciplina de História ser bastante extenso, e o estudo da ditadura ficar para o final dos últimos anos – final do 9º ano para o ensino fundamental e final do 3º ano para o ensino médio –; o que, muitas vezes, faz com que o professor não consiga chegar a esse tópico. Outro desafio é o fato de que os livros didáticos, embora deem considerável espaço para o período dos governos militares, o fazem numa perspectiva mais descritiva do que analítica; dificultando a compreensão global e crítica acerca do processo histórico por parte dos alunos.

Dentre as diversas atividades da Linha de Ação Educativa, a que incide mais diretamente no ensino de História é o material de apoio didático, desenvolvido pela Pinacoteca do Estado de São Paulo para o Memorial da Resistência de São Paulo²⁰. Esse material contém a reprodução de seis tipos diferentes de documentos históricos que ilustram a manifestação dos conceitos de controle, repressão e resistência política durante a história do Brasil republicano; textos que contextualizam os períodos históricos de produção desses documentos, e um conjunto de propostas educativas de atividades de compreensão e leitura crítica desses documentos.

Ao oferecer subsídios para o trabalho de compreensão e interpretação de documentos históricos, através da metodologia da Leitura de Documento Histórico, o material de apoio didático permite que sejam trabalhadas em sala questões gerais do fazer historiográfico, como o diálogo entre verdade e construção da história, a noção de documento como uma construção social e histórica, a concepção de história como processo estruturado por conflitos, a intrínseca relação entre história e cotidiano, a tensão entre continuidade e rupturas, entre outros. E ao trabalhar esses temas, contribui para que os alunos reflitam criticamente sobre sua realidade.

Cabe ressaltar que para o melhor aproveitamento desse material, o Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca sugere que os professores participem dos “Encontros mensais com educadores”, atividade na qual entram em contato mais direto com as propostas do Memorial, e que as atividades de leitura crítica dos documentos sejam realizadas em conjunção com as visitas educativas. Da mesma maneira, o potencial educativo pode ser ampliado caso os educadores e alunos participem de outras atividades do Memorial, como as programadas pela Linha de Ação Cultural, que oferece lançamentos de livros, mostras de filmes, peças de teatro, palestras, debates com ex-presos políticos, entre diversas outras²¹.

19. CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura militar em sala de aula. **Blog da Educação**, 2014. Disponível em: <www.blogeducacao.org.br/2014/04/alessandra-carvalho-o-ensino-da-ditadura-militar-na-sala-de-aula>. Acesso em: 20 maio 2014.

20. Conforme indicado no material, é destinado ao ensino de História no ensino médio. No entanto, os autores assinalam ser esperado “que professores de outras disciplinas e séries também se apropriem destes recursos, realizando as adaptações necessárias ao seu contexto de atuação” (MENEZES, Caroline Grassi de Franco; CHIOVATTO, Mila Milene; AIDAR, Gabriela. **Pinacoteca do Estado de São Paulo: Memorial da Resistência – proposta pedagógica para uso de documentos históricos em sala de aula**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009, s.p.). Nas sugestões de atividades existem propostas de diálogos com outras disciplinas como Artes, Filosofia, Geografia e Sociologia.

21. No caso de educadores que não têm possibilidade de participar dessas atividades, o material pode ser baixado diretamente no site do Memorial (www.memorialdarestenciasp.org.br) ou retirado gratuitamente no local.

6. APONTAMENTOS FINAIS

Os memoriais destinados às memórias de episódios traumáticos e/ou de violência possibilitam que as vítimas e seus familiares expressem a dor sofrida pelas atrocidades contra elas cometidas. Nesse sentido, são espaços privilegiados de reparação simbólica aos silenciados, mortos e sobreviventes.

Ao mesmo tempo, enquanto espaço de produção de (re)conhecimento acerca de episódios traumáticos e violentos da história da humanidade, são espaços que possibilitam a reflexão coletiva sobre o legado desse passado e sua possível permanência na sociedade contemporânea.

Concebidos em contextos de transição política e/ou pós-traumático, são instituições que lidam com “temas sensíveis” por tratarem de um passado recente e problemático. Problemático não só no sentido de que possuem como objeto acontecimentos de extrema violação dos direitos humanos – acontecimentos difíceis de abordar e de rememorar – mas, sobretudo, no sentido de que acerca desse passado ainda não há um consenso na sociedade sobre *o que* dizer e *como* dizer. A construção da memória coletiva e da reparação simbólica e material é ainda, na maioria dos casos, como no Brasil, um processo em curso que encerra diversas e conflitantes versões em disputa²². Nesse contexto, a importância dos diversos memoriais ao redor do mundo e, em nosso caso, do Memorial da Resistência, é central para o fortalecimento de uma cultura verdadeiramente democrática.

Por outro lado, não devemos esquecer que esses memoriais constituem somente uma parte das instituições interessadas em promover a justiça e a igualdade. A construção das memórias coletivas envolve um esforço conjunto e articulado entre essas instituições. Nesse caminho, o diálogo entre o Memorial da Resistência e as Escolas, entendidas como agentes multiplicadores, é fundamental. Só assim ganharemos as batalhas de sentido travadas na arena da sociedade civil e teremos condições de transformarmos definitivamente nossa sociedade, para num grito em uníssono declamarmos com toda a certeza de que no Brasil, *nunca mais!*

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Memorial da Resistência de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

ARAUJO, Maria Paula. O ensino de ditadura militar nas escolas: problemas e propostas de trabalho. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, pp. 9-10.

BACCEGA, Maria Aparecida. Discurso da comunicação: encontro entre ficção e realidade. **Comunicação & Educação**, ano XII, n. 3, set./dez., 2007, pp. 23-34.

22. ARAUJO, Maria Paula. O ensino de ditadura militar nas escolas: problemas e propostas de trabalho. In: ARAUJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. (org.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p. 9.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. **Comunicação & educação**, ano XIV, n. 3, set./dez., 2009.

CARVALHO, Alessandra. O ensino da ditadura militar em sala de aula. **Blog da Educação**, 2014. Disponível em: <www.blogeducacao.org.br/2014/04/alessandra-carvalho-o-ensino-da-ditadura-militar-na-sala-de-aula>. Acesso em: 20 maio 2014.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ICM. International Council of Museums. 2014. Disponível em: <<http://icom.museum/the-vision/museum-definition>>. Acesso em: 10 maio 2014.

LEÇA, Fernando. Memorial da América Latina. **Comunicação & Educação**, ano XIII, n. 1, jan./abr., 2008.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.memorialdaresistencia.org.br>. Acesso em: 10 maio 2014.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1994.

MENEZES, Caroline Grassi de Franco; CHIOVATTO, Mila Milene; AIDAR, Gabriela. **Pinacoteca do Estado de São Paulo: Memorial da Resistência – proposta pedagógica para uso de documentos históricos em sala de aula**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2009.

NEVES, Kátia Regina Felipini. Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual. In: FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira. **Memória e esquecimento**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012, pp. 35-66.

ROCHA, Rose de Melo; PEREIRA, Simone Luci; CAMPOS, Ana Paula de. **Memorial do consumo: um arquivo *sui generis***. Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas, XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2012.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 10, jun., 2011, pp. 75-86.